

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Processo n: XXXXXXXXXXXX

Agravante: FULANA DE TAL

Agravado: FULANO DE TAL

Juízo de Origem: Vara Cível do XXXXXXXXX

FULANO DE TAL, brasileira, divorciada, servidora pública, RG nº XXXXX XX/XX e CPF: XXXXX, residente e domiciliado na XX X, conjunto XX, casa XX, XX I - XX, CEP: XXXX, telefone: (XX) XXXX, e-mail: XXXXXXXX@gmail.com sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXX**, conforme suas funções constitucionalmente estabelecidas no artigo 134 da Constituição da República, nos termos do artigo 1.015 e seguintes, do CPC, interpor

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Em face da r. decisão (ID xxxxxxxx), proferida pelo Juiz da Vara xxxxxxxx, nos autos do processo em epígrafe, pelas razões que seguem.

I - DO PREPARO DO PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO

Preliminarmente, deixa de ser juntada a guia de recolhimento do preparo, pois a parte agravante é representada pela Defensoria Pública do XXXXXXXX e busca, na presente peça, a reforma da decisão que indeferiu o requerimento da gratuidade de justiça.

II - DA AGRAVADA E SEU PROCURADOR LEGAL

Renato de oliveira andrade, brasileiro, divorciado, empregado público, inscrito na xx/xx sob o n.º xxx, CPF xx-xx.xx-5xx3, residente e domiciliado na xxx xx, Bloco xx, Apto xx, xxx - xx, CEP xxxx, endereço eletrônico, xxxx@correios.com.br.

Advogado: Fulano de tal, xx/xx xx-xx.

III- ADVOGADO DA PARTE AGRAVANTE

Já o patrono da parte agravante é a Defensoria Pública do xxxxx, podendo ocorrer sua citação/intimação por meio de vista pessoal a qualquer Defensor Público do xxxxxxxx, via processo judicial eletrônico do TJDF.

IV- RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

Com fulcro no art. 1.017, § 5º, do CPC, o agravante informa que o processo é eletrônico, o que dispensa a juntada das peças previstas nos incisos I e II, do caput, do mencionado artigo.

V - CABIMENTO DO RECURSO

Já neste ponto, no que diz respeito da tipicidade recursal, a decisão impugnada deve ser questionada mediante o presente Agravo de Instrumento, previsto no parágrafo único do artigo 1.015 do CPC, senão vejamos:

“Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

II - mérito do

processo; [...]

V- rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI- Exibição ou posse de documento ou coisa;

O presente recurso desafia a r. decisão (ID XXXXXX) que, em síntese, indeferiu a gratuidade de justiça da agravante, sob o fundamento de não haver comprovado a hipossuficiência, bem como determinou a exibição de contas referentes aos alimentos prestados pelo agravado.

Contudo, prestadas as devidas vênias, tal entendimento merece reforma pelas razões de fato e direito seguintes.

- DO RESUMO DOS FATOS OCORRIDOS E DA DECISÃO AGRAVADA:

Na origem, trata-se de ação de exigir contas, na qual o agravado pugnou a apresentação de extratos bancários do período compreendido entre abril de 2014 a junho de 2020.

Em sede de contestação, a agravante arguiu preliminares de incompetência e de ausência de interesse de agir, bem como, no mérito, postulou pela improcedência da demanda, requerendo a gratuidade de justiça.

À Decisão de ID XXXXXXXXXX, o d. Juízo indeferiu as preliminares e a gratuidade de justiça, bem como determinou a apresentação das referidas contas:

[...]

Superadas as preliminares, verifico a presença dos pressupostos processuais e das condições da ação, estando o feito em ordem. Passo, portanto, à apreciação do mérito. De início, *a meu ver*, a parte ré não faz jus à obtenção da gratuidade de justiça. Com efeito, a documentação por ela acostada (ID: 94987264 a ID: 94987266) revela a percepção de renda líquida mensal incompatível com o benefício gracioso ora postulado (R\$ 2.986,60; R\$ 3.634,63; e R\$ 3.008,80). A propósito, “a Lei n.º 13.467/2017, conhecida como “Lei da Reforma Trabalhista”, trouxe padrão objetivo para concessão de gratuidade de justiça que, *mutatis mutandis*, pode ser observado na Justiça Comum: salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. 5. A Portaria n.º 8, de 13 de janeiro de 2017, do

Ministro de Estado da Fazenda (DOU, Seção 1, p. 12, 16 jan. 2017) fixou o teto da previdência em R\$ 5.531,31. Assim, 40% desse valor totalizam R\$ 2.212,52” (Acórdão 1137466, 07125021120178070018, Relator: DIAULAS COSTA

RIBEIRO, 8.^a Turma Cível, data de julgamento: 7/11/2018, publicado no DJE: 20/11/2018. Sem p. cadastrada.).

Desse modo, ressalto que a parte ré “não comprovou despesas extraordinárias que possam ser consideradas hábeis a comprometer-lhe o sustento e a legitimar o pedido de gratuidade, pois, se comprometeu seus ganhos mensais com gastos

incompatíveis com seus rendimentos, como parcelas de empréstimos e financiamentos e outras despesas elevadas, por sua própria escolha, isso não lhe credencia a beneficiar-se da gratuidade de justiça" (Acórdão 1220966, 07191750620198070000, Relator: ANGELO PASSARELI, 5ª Turma Cível,

data de julgamento: 4/12/2019, publicado no DJE: 16/12/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Nessa ordem de ideias, a parte ré não faz jus ao almejado benefício legal. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes r. acórdãos-paradigmas:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. PREJUDICADO. PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

REQUISITOS. NÃO COMPROVADOS. 1. Considerando que o acórdão que julga o agravo de instrumento suplantar a decisão monocrática liminar que indeferiu a antecipação da tutela recursal impugnada pelo agravo interno e que a decisão colegiada tem cognição mais abrangente do que o exame dos pressupostos para a pretensão antecipatória, a pretensão do recurso interposto pela impetrante resta prejudicada. 2. Nos termos do artigo 98 do CPC/2015, "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." 3. O §2.º do art. 99 do mesmo diploma legal orienta que "o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos". 4. Agravo interno prejudicado. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (TJDFT. Acórdão n. 1281915, 07131409320208070000, Relator: LEILA ARLANCH, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 09.09.2020, publicado no DJe: 25.09.2020. Sem página cadastrada).

AGRAVO INTERNO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. REQUISITOS. NÃO COMPROVADOS. 1. O art. 1.072 do CPC/2015 revogou os arts. 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 11, 12 e 17 da Lei n.º 1.060/50, que permitiam a concessão dos benefícios da justiça gratuita apenas aos que afirmavam não possuir condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo para si e para sua família. 2. Nos termos no § 2.º do art. 99 do CPC/2015, a declaração de hipossuficiência possui presunção relativa de veracidade e, por isso, não vincula o juiz, que pode indeferir o pedido quando identificar a ausência dos pressupostos legais. 3. O benefício da gratuidade tem a finalidade de promover o acesso à justiça e não deve ser concedido de forma indiscriminada a todos que o requerem, mas apenas àqueles que efetivamente comprovem a situação de miserabilidade jurídica. 4. A Lei n.º 13.467/2017, conhecida como "Lei da Reforma Trabalhista", trouxe padrão objetivo para concessão de gratuidade de justiça que, mutatis mutandis, pode ser observado na Justiça Comum: salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. 5. A Portaria n.º 8, de 13 de janeiro de 2017, do Ministro de

Estado da Fazenda (DOU, Seção 1, p. 12, 16 jan. 2017) fixou o teto da previdência em R\$ 5.531,31. Assim, 40% desse valor totalizam R\$ 2.212,52. 6. A alegação de dificuldades financeiras, sem qualquer comprovação de despesas que demonstrem a ocorrência de gastos exacerbados que comprometam sobremaneira o orçamento ou que impeçam o custeio das despesas do processo, impede o deferimento da gratuidade de justiça. 7. Agravo interno conhecido e desprovido. (TJDFT. Acórdão n. 1137466, 07125021120178070018, Relator: DIAULAS COSTA RIBEIRO, 8.^a Turma

Cível, data de julgamento: 07.11.2018, publicado no DJe: 20.11.2018. Sem página cadastrada).

Por esses fundamentos, mediante análise realizada objetivamente, em reverência à cognição sumária e superficial, indefiro a gratuidade de justiça à parte ré.

De outro giro, conforme com a previsão do art. 550, cabeça, do CPC/2015, *"aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias"*. Sobre o tema, *"entende-se por devedor de contas o que administrou bens ou interesses alheios e credor delas aquele em favor de quem a administração se deu"*

(Comentários ao Código de Processo Civil/Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1336). Ademais, aplica-se à espécie a previsão legal do art. 1.583, § 5.º, do CC/2002, a seguir: *"A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos"*. Nesse sentido, confira-se o r. acórdão-paradigma do e. TJDF:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERESSE DE AGIR. CONFIGURAÇÃO. ART. 1.583, § 5º, DO CC. MELHOR INTERESSE DO MENOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INVIABILIDADE. SENTENÇA CASSADA. 1. Na exata dicção do art. 1.583, § 5º, do CC, "a guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos".

2. É possível determinar a prestação de contas para fiscalização de pensão alimentícia, pois a guarda exercida unilateralmente pela mãe do menor obriga o pai a supervisionar os interesses dos filhos, sendo parte legítima para solicitar informações, em observância ao princípio da proteção integral e do melhor interesse dos menores e do legítimo exercício da autoridade parental. Logo, configurado o interesse de agir do autor a fim de compelir a requerida à prestação de contas e apresentação de gastos com os filhos alimentados, impõe-se a cassação do decisum. Precedente. 3. Apelo provido. (Acórdão 1344871, 07079517420208070020, Relator: ARNOLDO CAMANHO, 4ª Turma Cível, data de julgamento: 9/6/2021, publicado no DJE: 17/6/2021. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Dessa forma, restando evidenciada a presença do vínculo na forma legal, emerge nos autos a subsunção ao requisito obrigacional que dá ensejo à presente demanda.

Por esse fundamento, julgo procedente o pedido, com fundamento no art. 551, § 5º, do CPC/2015, para condenar a parte ré a apresentar as contas exigidas pelo autor, relativamente ao período compreendido entre abril/2014 a junho/2020, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de impossibilidade de impugnar as contas eventualmente acostadas aos autos.

A parte ré deve observar a previsão do art. 551, cabeça, do CPC/2015, pormenorizando e referenciando as contas a serem

apresentadas em sua gestão. Em respeito à *causalidade*, condeno a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais relativamente a esta *primeira fase*, ora arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), pois, conforme já se decidiu, "*em atenção ao princípio da sucumbência, e considerando que a decisão que resolve a primeira fase da ação de exigir contas decide o mérito sobre o dever de prestá-las, é cabível a condenação em verbas sucumbenciais, ainda que não ponha fim ao processo sincrético, considerando suas duas fases procedimentais (REsp 1829646/DF)*" (TJDFT. Acórdão 1433426, 07060194320228070000, Relator: ALFEU MACHADO, 6.^a Turma Cível, data de julgamento: 22/6/2022, publicado no DJE: 12/7/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada).

[...]

VI - DAS RAZÕES PARA REFORMA DA

DECISÃO A - DA GRATUIDADE DE

JUSTIÇA

O d. magistrado considerou que a renda da agravante seria incompatível com o benefício gracioso requerido. Embasando-se em analogia para com a legislação trabalhista vigente, asseverou que a renda da recorrente se mostrava superior a 40% (quarenta por cento) do máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social e que ela não teria comprovado despesas extraordinárias que pudessem ser consideradas hábeis a comprometer o seu sustento ou a legitimar o requerimento da referida gratuidade.

Todavia, com as devidas vênias, a r. decisão carece de reforma, eis que, primeiro, os requisitos ao deferimento da gratuidade de justiça restam evidenciados documentalmente (ID XXXX e documentos; ID XXXXX e documentos) e, segundo, embora a jurisprudência que fundamenta o *decisum* seja válida e efetiva, evidente que se apresenta como superada frente ao entendimento que será aqui apresentado.

De certo, precede ao embasamento jurídico a análise da documentação da agravante, ora acostada aos autos de origem. Primeiramente, em relação aos contracheques (ID XXXXXXXX e seguintes), embora destoem do defasado parâmetro objetivo levantado no julgado, podem ser explicados.

À época, a recorrente era secretária parlamentar (cargo em comissão) na Câmara dos Deputados, sendo que a renda percebida era de, aproximadamente R\$ 3.XXXX,00 (XXXXXX). Tais valores destinados inteiramente às necessidades básicas da agravante e de sua prole.

Ato contínuo, a declaração de imposto de renda anexa (ID

XXXXX) demonstra quantia baixa em relação ao valor utilizado como parâmetro objetivo, seja o utilizado pelo d. magistrado de origem ou, ainda, **o parâmetro mais atual e condizente com a realidade do brasileiro médio (calcula-se: R\$ XXXXXX = R\$ XXXXXXXX).**

Apenas a título de conhecimento, embora agregue reflexão crítica em relação ao parâmetro forçadamente utilizado pelo magistrado da origem, o respeitabilíssimo

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE¹ - mensalmente atualiza sua tabela comparativa entre o salário mínimo percebido e o salário mínimo que seria necessário à sobrevivência do brasileiro, como se vê:

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2022		
Setembro	R\$ XXX	R\$ XXX
Agosto	R\$ X	R\$ XXX
Julho	R\$ X	R\$ XX
Junho	R\$ X	R\$ X
Maio	R\$ X	R\$ X.X
Abril	R\$ X	R\$ XXXXX
Março	R\$ X	R\$ XXX
Fevereiro	R\$ X	R\$ XXXXXX
Janeiro	R\$ X	R\$ XXXX

A mais recente atualização traz à tona a conclusão de que quaisquer quantias abaixo de R\$ X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXX) consideram-se como aquém do mínimo imprescindível à manutenção da vida do cidadão.

Nesse sentido, os argumentos e provas da requerente seriam hábeis a compor fundamento ao deferimento do pleito gracioso, eis que, primeiro, sua renda mensal, bruta ou líquida, revela-se abaixo do mínimo necessário para manutenção da vida e, segundo, a renda real e líquida da agravante é inferior ao parâmetro apresentado pelo juízo *a quo*.

Contudo, como antes asseverado, passemos a análise do atual entendimento jurisprudencial deste e. TJ que permeia o fundamento da decisão recorrida.

O d. magistrado da origem fundamentou seu *decisum* nas honoríficas jurisprudências desse e. Tribunal, as quais utilizaram da analogia à legislação trabalhista para o indeferimento do pleito de gratuidade.

Essas, em suma, asseveram acerca da possibilidade de se considerar o percentual de quarenta por cento do máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social **como parâmetro objetivo à negativa do pleito gracioso**.

Ocorre que, **ainda no ano passado**, este mesmo Tribunal de Justiça proferiu julgado no qual, utilizando a monta de 5 (cinco) salários mínimos como **parâmetro**

¹ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

objetivo, fundamentou o deferimento da gratuidade de justiça.

Na oportunidade, o acórdão embasou sua concordância à Resolução 140/2015 da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DA RESOLUÇÃO Nº 140/2015 DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. RECURSO PROVIDO. 1- A hipótese consiste em examinar o preenchimento do requisito da hipossuficiência econômica autorizadora do deferimento da gratuidade de justiça. 2- A finalidade da justiça gratuita é garantir o amplo acesso à Jurisdição às pessoas notoriamente menos favorecidas economicamente. [...] 4- **A Resolução nº 140, de 24 de junho de 2015, editada pela Defensoria Pública do Distrito Federal, estabelece como pessoa hipossuficiente aquela que recebe renda mensal correspondente ao valor de até 5 (cinco) salários mínimos. 4.1 A adoção desse critério como parâmetro objetivo, regra geral, é suficiente avaliar a concessão da gratuidade de justiça em favor da parte que alega hipossuficiente economicamente, ressalvados os gastos extraordinários.** 5- Recurso conhecido e provido. (TJ-DF 07149812620208070000 DF 0714981-26.2020.8.07.0000, Relator: ÁLVARO CIARLINI, **Data de Julgamento: 26/10/2021**. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (grifei)

Percebe-se, então, que o presente acórdão foi proferido em 2021 e, em comparação às jurisprudências bases da decisão recorrida, a presente se mostra como mais contemporânea, de modo que o TJDFT mantém como parâmetro objetivo ao deferimento da gratuidade de justiça a legislação pertinente à justiça comum, editada pela própria DPDF, e não a legislação trabalhista, porquanto de natureza especializada e muito distante da realidade encarada por este Tribunal.

Não significa, contudo, que o agravante busca mostrar equívocos ou erros na utilização das jurisprudências pelo magistrado da origem. De modo diverso, aponta apenas a cronologia do entendimento do TJDFT que, naturalmente, tem se atualizado.

Isso se aproxima do que a doutrina contemporânea chama de

overruling, situação em que o precedente paradigma, tal qual o utilizado pelo magistrado da origem, sofre superação pelo próprio judiciário, que passa a decidir de maneira diversa da anterior sobre a mesma questão. Isto é, se antes 40% do máximo do RGPS era o parâmetro adequado à concessão da gratuidade, atualmente a mudança socioeconômica traz novo cenário e novas necessidades ao cidadão, forçando o Judiciário a renovar suas interpretações. Por esse motivo, buscando proximidade a realidade das partes, o parâmetro objetivo utilizado para deferimento da gratuidade de justiça tem sido o de cinco salários

mínimos.

Destarte, considerando a totalidade dos documentos apresentados, hábeis a comprovar a situação e hipossuficiência econômica do agravante, bem como a legislação pertinente e a interpretação jurisprudencial mais atual, a qual, ao estabelecer parâmetros objetivos ao deferimento da gratuidade de justiça, considera como teto a renda igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos (R\$ 6.060,00), inexistem óbices ao deferimento do pleito a agravante, suspendendo a exigibilidade de custas e honorários, motivo pelo qual, pugna-se pela reforma da decisão.

B - DA EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. DA INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL

O juízo da origem condenou a agravante à apresentação dos extratos bancários referentes aos meses de abril/2014 a junho/2020.

Ocorre que a determinação contraria o entendimento da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, devendo, portanto, ser modificada.

De acordo com o que restou decidido no REsp 1.767.456-MG, apesar de o alimentante possuir o direito de fiscalizar os aspectos econômicos da guarda, conforme art. 1.583, § 5º, do CPC, contudo, isso refoge ao verdadeiro objetivo da ação de prestação de contas.

Com efeito, o objetivo da ação de prestação de contas é o de averiguar eventual crédito ou débito em favor daquele que exige as contas, nos termos dos arts. 550 a 553 do CPC. No entanto, a verba alimentar possui caráter de irrepetibilidade que não coaduna com a lógica da ação de prestação de contas.

Ou seja, ainda que haja suspeita de má aplicação dos alimentos recebidos, não é possível que o genitor detentor da guarda

apresente planilha de caráter meramente aritmético acerca da destinação dos valores. A utilização dos alimentos é dotada de subjetividade decorrente das particularidades de cada família e da qualidade de vida concedida ao alimentando, sendo certo que a ação de exigir contas não é o meio adequado para exercer a fiscalização prevista no Código Civil.

Confira-se, por oportuno, o entendimento do e. STJ:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEVEDOR. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. CRÉDITO. INEXISTÊNCIA. ADMINISTRAÇÃO. VALORES. GUARDA. EXCLUSIVIDADE. IRREPETIBILIDADE. UTILIDADE. AUSÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A ação de prestação de contas tem a finalidade de declarar a existência de um crédito ou débito entre as partes.

3. Nas obrigações alimentares, não há saldo a ser apurado em favor do alimentante, porquanto, cumprida a obrigação, não há repetição de valores.

4. A ação de prestação de contas proposta pelo alimentante é via inadequada para fiscalização do uso de recursos transmitidos ao alimentando por não gerar crédito em seu favor e não representar utilidade jurídica.

5. O alimentante não possui interesse processual em exigir contas da detentora da guarda do alimentando porque, uma vez cumprida a obrigação, a verba não mais compõe o seu patrimônio, remanescendo a possibilidade de discussão do montante em juízo com ampla instrução probatória.

6. Recurso especial provido.

(STJ. 3ª Turma. REsp 1767456-MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 25/11/2021)

Assim, o ora agravado deveria ter ajuizado ação de revisão de alimentos ou de modificação da guarda, de modo que não há interesse processual para a presente ação, pugnando-se pela reforma da decisão para julgar improcedente o pedido de prestação de contas.

Subsidiariamente, requer-se a limitação do período da prestação de contas, pelos seguintes fundamentos.

A Terceira Turma do STJ, no EREsp 1.814.639, fixou precedente no sentido de que a prestação de contas somente deve abranger os meses posteriores à modificação da norma, o que exclui todo o período anterior a **22 de dezembro de 2014**.

Nesse sentido, requerer-se a reforma do *decisum* para que

se determine a apresentação dos extratos, tão somente, dos meses de janeiro/2015 a junho/2020.

IX - DO EFEITO SUSPENSIVO

Nos termos do art. 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil recebido o Agravo de Instrumento poderá o Relator atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando-se ao juiz sua decisão.

Diz a norma:

Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;
(destaquei)

A tutela de urgência deve ser concedida caso reste demonstrada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Assim estabelece o Código de Processo Civil:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Pela simples leitura do texto legal, resta claro que para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes os seguintes requisitos: (i) a probabilidade do direito e
(ii) o perigo do dano ou risco ao resultado útil do processo.

No caso dos autos, tais requisitos se encontram presentes conforme será demonstrado a seguir.

À plausibilidade do direito faz-se necessária a suspensão do feito principal para impedir que a agravante não seja compelida a despendar de valores que não possui a fim de efetuar o pagamento das custas e honorários, bem como despendar valores para emissão de extratos bancários dos quais não há necessidade de demonstração.

O direito está demonstrado através da norma, da

jurisprudência e das provas anexas, o que deságua na evidente possibilidade de deferimento.

Demonstrada a probabilidade do direito, necessária à verificação dos requisitos legais do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

O perigo do dano ou risco do resultado útil do processo configura-se, eis que

se fala em pagamento de custas processuais às quais a parte recorrente não pode arcar. O indeferimento da gratuidade de justiça aprofundará os prejuízos econômico e financeiro que a parte recorrente vem sofrendo em decorrência dos fatos narrados à exordia de origem.

Ademais, em relação a apresentação de extratos bancários, fala-se em receio a equivocada interferência do judiciário à intimidade financeira da agravante. Isso porque a apresentação dos extratos bancários vai de encontro ao entendimento do STJ e, no caso de o feito não ser suspenso, forçada seria a agravante a apresentar os referidos extratos no prazo assinalado na decisão recorrida, o que esvairá o acórdão modificativo de todo e qualquer efeito prático no caso de eventual julgamento do presente recurso de forma positiva à recorrente.

Em suma, a suspensão do feito principal é medida preventiva e acertada que, sem prejuízo algum ao agravado, evitará maiores onerações à agravante.

Presentes estão, pois, a prova inequívoca da verossimilhança das alegações e o fundado receio de dano irreparável, pressupostos objetivos para a atribuição do efeito suspensivo e, posto isto, deve ser concedida suspensão do processo de origem até que se julgue o objeto deste recurso.

X - DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer:

- a) O **juízo positivo de admissibilidade** do recurso interposto, **processando-se o agravo independentemente do pagamento de preparo ou de qualquer outra despesa**, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) Seja acolhido o requerimento de suspensão do feito principal até o julgamento do mérito recursal;

- c) Seja a r. decisão recorrida reformada para que seja deferida a gratuidade de justiça;
- d) Seja a r. decisão recorrida reformada para que seja julgado improcedente o pedido de prestação de contas;
- e) Subsidiariamente, seja a r. decisão recorrida reformada para que se

determine a apresentação dos extratos, tão somente, dos meses de janeiro/2015 a junho/2020.

- f) A intimação do Agravado para querendo se manifestar no presente feito;

Fulana de tal

Defensora Pública do xxxx